1.º 38 24 de fevereiro de 2021 Pág. 343-(2)

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna

Despacho n.º 2082-B/2021

Sumário: Receção de armas em qualquer unidade territorial da Guarda Nacional Republicana ou da Polícia de Segurança Pública para legalização ou regularização.

A Lei n.º 5/2021, de 19 de fevereiro, estabelece no n.º 1 do artigo 2.º que os possuidores de armas de fogo não manifestadas ou registadas dispõem de um prazo de 120 dias após a entrada em vigor da lei (até 23 de junho de 2021) para fazer a sua entrega voluntária a favor do Estado, não havendo nesse caso, lugar a procedimento criminal.

Em alternativa, a lei vem permitir que, caso os possuidores de armas não manifestadas ou registadas pretendam proceder à sua legalização, podem requerer, após exame que conclua pela suscetibilidade de legalização, que as armas fiquem na sua posse em regime de detenção domiciliária provisória, pelo período máximo de 180 dias devendo, nesse prazo, habilitar-se com a necessária licença e apresentar o certificado de registo criminal.

No caso de indeferimento ou decurso deste prazo sem que o apresentante mostre estar habilitado com a respetiva licença, as armas são consideradas perdidas a favor do Estado.

Estabeleceu ainda o n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 5/2021, de 19 de fevereiro, que os detentores de armas que se encontrem em infração ao disposto no n.º 3 do artigo 31.º, no n.º 2 do artigo 37.º, no n.º 1 do artigo 97.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 99.º-A da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, na sua atual redação, devem, no prazo de 120 dias após a entrada em vigor da lei, regularizar a situação ou proceder à entrega voluntária das armas a favor do Estado, não havendo nestes casos lugar a procedimento contraordenacional.

Assim, nos termos e para os efeitos dos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 5/2021, de 19 de fevereiro, determino que:

- 1 Qualquer unidade territorial da Guarda Nacional Republicana ou da Polícia de Segurança Pública, em qualquer ponto do país, pode proceder à receção de armas, seja para dar início ao procedimento da sua legalização ou regularização, quer para a entrega a favor do Estado.
 - 2 A entrega da arma a favor do Estado deve ser acompanhada dos modelos 1 e 2.
- 3 A entrega de arma para legalização ou regularização deve ser acompanhada dos modelos 1 e 2, bem como, se for o caso, de cópia da licença de uso e porte de arma ou documento que titule a isenção de licença de uso e porte de arma.
- 4 As armas entregues em unidades territoriais da Guarda Nacional Republicana são remetidas, no prazo de 15 dias úteis, aos Núcleos de Armas e Explosivos dos Comandos Metropolitanos, Regionais ou Distritais da Polícia de Segurança Pública territorialmente competentes, acompanhadas da documentação entregue pelo requerente.
- 5 As armas entregues para legalização ou regularização ao abrigo do artigo 2.º da Lei n.º 5/2021, de 19 de fevereiro, ficam à guarda da PSP.
- 6 Caso a PSP verifique, em sede de exame, que as armas são suscetíveis de legalização ou regularização, notifica o requerente para, querendo, proceder ao seu levantamento, devendo neste caso obter habilitação para a necessária licença no prazo de 180 dias, período durante o qual a arma fica sob o regime de detenção domiciliária provisória, e apresentar certificado de registo criminal.
- 7 Para além do requerimento referido nos n.ºs 2 e 3 do presente despacho, por cada arma deverá ser preenchido um documento do modelo 2.
- 8 No caso de armas que, pelas suas características, não são suscetíveis de legalização, pode o requerente declará-la perdida a favor do Estado ou requerer a sua desativação, nos termos previstos na Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, na atual redação.

N.º 38 24 de fevereiro de 2021 Pág. 343-(3)

- 9 A PSP procede ao registo das armas que, ao abrigo do artigo 2.º da Lei n.º 5/2021, de 19 de fevereiro, tenham sido entregues ou perdidas a favor do Estado, sujeitas a regularização, legalização ou desativação, comunicando à Guarda Nacional Republicana a informação relativa às armas cujo processo seja da sua área territorial.
- 10 Os modelos 1 e 2 são publicados em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante, sendo os mesmos disponibilizados nos sítios oficiais da Internet da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.
- 23 de fevereiro de 2021. O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *Antero Luís*.

N.º 38 24 de fevereiro de 2021 Pág. 343-(4)

A REQUERENTE						
Nome completo:						
N.º Doc. Identificação: Data de validade:Número de Identificação Fiscal (NIF):						
Data de nascimento:						
Naturalidade: País Distrito: Concelho: Freguesia:						
Profissão:Estado civil:						
Residência:						
Telefone: Endereço correio electrónico (email):						
Arma entregue por pessoa que não o requerente:						
Nome completo:						
Residência:						
Telefone: Endereço correio electrónico (email):						
B CARACTERÍSTICAS DA ARMA						
Classe da arma (nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro)						
A						
Tipo de arma¹:						
Características de funcionamento:						
Automática 🗌 Semi-automática 🔲 De repetição 🔲 Tiro a Tiro 🗌						
Marca: Modelo: N.º de série:Calibre:						
Carregador: (Quantidade)Munições²: (Quantidade) Calibres:						
Acessórios ³ :						
Estado aparente de funcionamento: Bom 🔲 Razoável 🔲 Mau 🔲						
C DECLARAÇÃO						
Pretendo legalizar a arma acima descrita, se legalmente possível ⁴ Sim Não						
Pretendo fazer a entrega da arma ao Estado Sim Não						
Não sendo a arma legalizável, desde já declaro que pretendo entregá-la ao Estado Sim 🔲 Não 🗌						
(O Requerente)						
(Reservado aos serviços)						
Requerimento entregue: Na PSP Na GNR						
Local (Unidade Policial):						
Data: Assinatura do Recebedor:						

Nota: Deve ser preenchido um impresso por cada arma

Pistola, revolver, espingarda, carabina, metralhadora, pistola-metralhadora, espingarda-automática, etc.
 Sendo entregues munições de calibres diferentes, discriminar o número de munições por cada calibre.
 Discriminar os acessórios e quantidades entregues (miras telescópicas, silenciadores, bolsas, bandoleiras, etc)
 Vide verso, sff.

N.º 38 24 de fevereiro de 2021 Pág. 343-(5)

1. Informações						
1)	Pre	tendo legalizar a arma referida no verso, se legalmente possível: Sim 🗌				
2)	Encontro-me em infração aos seguintes artigos da Lei n.º 5/2006 de 23 de fevereiro:					
	a)	Art. 31.º n.º 3 – Não remessa do original da declaração de compra e venda de armas no prazo de 15 dias 🗌 Sim				
	b)	Art. 37.º n.º 2 − Não declaração à PSP da existência de armas no prazo de 90 dias sobre a morte de anterior proprietário ou sobre a descoberta das armas ☐ Sim				
	c)	Art. 99.º A n.º 1 — Não renovação da licença de uso e porte de arma nos 180 dias subsequentes à caducidade da licença \square Sim				
	d)	Art. 99.º A n.º 2 – Não renovação da licença de uso e porte de arma após 180 dias subsequentes à caducidade da licença \square Sim				
	e)	Art. 97.º n.º 1 – Detenção ilegal de arma – especificar tipo de arma e a conduta infringida ⁵				
3)	Doc	umentos agora entregues ⁶ :				
4)	Exis	tência de menores no domicílio: 🗌 Sim 🔲 Não				
5)	Qua	intidade Armas já detentor:				
		i) Classe A B B1 C D F				
6)	Cof	re/armário de segurança não portáteis: 🔲 Sim 🔲 Não				
7)	Cas	a forte/fortificada: 🗌 Sim 🦳 Não				
8)	Cof	re e casa forte/fortificada já verificada pela PSP: 🔲 Sim 🔲 Não				
9)						
2.0	ecl	arações sob compromisso de honra/Autorizações				
	a.	Declaro que fui informado que à falta de verdade nas declarações agora prestadas, posso incorrer em responsabilidade criminal, nos termos dos artigos 255.º e 256.º do Código Penal;				
	b. Autorizo a utilização de qualquer meio eletrónico de comunicação, designadamente e-mail, como meio notificação a mim dirigida e correlativa ao processo administrativo ora iniciado.					
		Sim - Endereço correio electrónico (email):				
		□ Não				
	c.	Em cumprimento do disposto na alínea a) e c) do nº1 dos artigos 14º a 17º da Lei 5/2006 de 23 fevereiro, na sua actual redação:				
		Declaro sob compromisso de honra que me encontro em pleno uso de todos os direitos civis, que nunca me foi aplicada qualquer medida de segurança, que nunca fui condenado pela prática de crime doloso, cometido com uso de violência, em pena superior a 1 ano de prisão e que não me encontro sujeito à sanção acessória de interdição de obtenção da licença de uso e porte de arma ou de detenção				
Assi	natu	ra do requerente				

⁵ Detenção, transporte, importação, guarda, compra, aquisição a qualquer título ou obtenção por qualquer meio de fabrico, transformação,

importação ou exportação e uso.

6 Consultar o SERONLINE em https://seronline.psp.pt/psp/login.pdc e fazer download dos modelos de documentos disponíveis no separador Informações Úteis. Em caso de dúvida consultar o separador das Perguntas Frequentes.

N.º 38 24 de fevereiro de 2021 Pág. 343-(6)

 Armas, munições e partes ess 	senciais					
1.1. Características						
Classe A B B1 Número do livrete – Tipo da arma - Marca – Modelo –	C D	OE OF	□ G			
Carregamento □ carregador □ tambor Percussão □ central □ lateral	□ outra	repetição □ sem	□ tiro a	tiro		
Comprimento total da arma – Municiamento anterior posterior	cm					
Cão com sem Número de canos - Número de conjuntos de canos - Número de tiros - Punções / País de origem - Número de fabrico - Sistema de pontaria regulável sim não Distância entre miras - cm						
	Cano(s)					
Número	Cano(s) Calibre	Comprimento		do cano		
Número		cm	□ lisa	□ estriada		
Número		· ·				
Número		cm cm	□ lisa □ lisa	☐ estriada ☐ estriada		
Número Afetação da arma - Voltagem - volts Concentração - %		cm cm cm	□ lisa □ lisa □ lisa	☐ estriada ☐ estriada ☐ estriada		
Afetação da arma - Voltagem - volts Concentração - % 1.2. Identificação de muniçã Calibre - (inch/mm) C	Calibre	cm cm cm	lisa lisa lisa lisa	□ estriada □ estriada □ estriada □ estriada		